



THOMSON REUTERS

STJ00102451

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER  
EDUARDO TALAMINI  
COORDENADORES

# SENTENÇA NO NOVO CPC

JOSÉ ALEXANDRE M. OLIANI

 THOMSON REUTERS  
ProView  
INCLUI VERSÃO  
ELETRÔNICA DO LIVRO

Coleção  
**Liebman**

THOMSON REUTERS  
**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS**

SENTENÇA NO NOVO CPC

JOSÉ ALEXANDRE MANZANO OLIANI



© desta edição [2015]

**EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.**

MARISA HARMS

*Diretora responsável*

Visite nosso *site*: [www.rt.com.br](http://www.rt.com.br)

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800.702.2433

*e-mail* de atendimento ao consumidor: [sac@rt.com.br](mailto:sac@rt.com.br)

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda

Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450

CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

Impresso no Brasil [07-2015]

Profissional

Fechamento desta edição: [08.07.2015]



ISBN 978-85-203-6497-0

## SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR.....	11
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO.....	13
<b>1. NOÇÕES GERAIS SOBRE OS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS.....</b>	<b>19</b>
1.1 Conceito de pronunciamento judicial.....	19
1.2 Espécies de pronunciamentos judiciais no direito processual civil positivo brasileiro .....	19
1.3 Estrutura formal dos pronunciamentos judiciais no direito processual civil brasileiro .....	21
<b>2. CLASSIFICAÇÃO DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS.....</b>	<b>25</b>
2.1 Introdução .....	25
2.2 Pelo critério topológico .....	25
2.3 Pela existência de carga decisória.....	26
2.4 Pela iniciativa.....	27
2.5 Pela exigência de fundamentação .....	27
2.6 Pelo conteúdo.....	28
2.6.1 Despachos de mero expediente.....	29
2.6.2 Despachos.....	29
2.6.3 Decisões interlocutórias.....	31
2.6.3.1 Decisões interlocutórias durante o trâmite do processo no primeiro grau de jurisdição.....	31
2.6.3.2 Decisões interlocutórias durante o trâmite do processo no segundo grau de jurisdição .....	32
2.6.4 Sentenças.....	32
2.6.4.1 Sentença de primeiro grau de jurisdição .....	32
2.6.4.2 Sentença de Tribunal.....	33
2.6.5 Pronunciamentos mistos .....	35
2.6.6 Acórdãos.....	35
2.7 Pela imediatidade da tutela jurisdicional .....	36
2.8 Pela divisibilidade do objeto .....	37

<b>3. A SENTENÇA</b> .....	39
3.1 Introdução .....	39
3.1.1 A sentença como pronunciamento judicial mais importante do processo .....	40
3.2 Estrutura formal e conteúdo da sentença no direito processual civil brasileiro .....	41
3.3 Breves considerações sobre a sentença no direito processual civil estrangeiro .....	50
<b>4. CAPÍTULOS DE SENTENÇA</b> .....	57
4.1 Considerações iniciais .....	57
4.2 Os capítulos de sentença no direito processual civil positivo .....	60
4.3 Os capítulos de sentença na jurisprudência .....	61
4.4 Os capítulos de sentença na doutrina .....	65
4.5 Conceito de capítulos de sentença .....	68
<b>5. ESPÉCIES DE CAPÍTULOS DE SENTENÇA</b> .....	73
5.1 Relação jurídica processual e substancial: a dualidade de pretensões .....	73
5.2 Requisitos de admissibilidade do julgamento de mérito: pressupostos processuais e condições da ação .....	73
5.3 O objeto do processo .....	74
5.4 Objeto simples e composto .....	78
5.5 Objeto composto: inicial e ulterior .....	79
5.6 Objeto simples decomponível .....	79
5.7 O pedido, o mérito e o conteúdo da sentença .....	79
5.8 Capítulos processuais .....	80
5.9 Capítulos de mérito .....	83
5.9.1 Capítulos de mérito – O denominado mérito secundário .....	85
5.9.2 Resolução parcial do mérito no curso do processo: as decisões interlocutórias de mérito – Sua impugnação, trânsito em julgado e cumprimento .....	85
<b>6. A CLASSIFICAÇÃO DOS CAPÍTULOS DE SENTENÇA E A SUA REPERCUSSÃO NA SOLUÇÃO DE VARIADAS QUESTÕES PROCESSUAIS</b> ....	93
6.1 Introdução .....	93
6.2 Pela topologia: capítulos lógicos e imperativos .....	93

6.3	Pelo conteúdo: capítulos homogêneos e heterogêneos .....	94
6.4	Pelo grau de importância para a resolução do mérito: capítulos principais e acessórios .....	97
6.4.1	A interposição de recurso exclusivamente contra o capítulo acessório, implica o trânsito em julgado do capítulo principal.....	98
6.4.2	O trânsito em julgado do capítulo principal não implica o trânsito em julgado do capítulo acessório .....	99
6.4.3	A interposição de recurso, exclusivamente contra o capítulo principal, obsta o trânsito em julgado do capítulo acessório e permite ao julgador reexaminá-lo no momento do julgamento do recurso, mesmo se não houver pedido específico .....	100
6.5	Pela autonomia: capítulos independentes e dependentes .....	104
6.5.1	O trânsito em julgado dos capítulos independentes e dependentes pode ocorrer em momentos distintos .....	108
6.5.2	A interposição de recurso exclusivamente contra o capítulo-premissa, obsta o trânsito em julgado do capítulo dependente, mas não investe o órgão <i>ad quem</i> do poder de reexaminá-lo ....	118
6.5.3	Ocorrendo o trânsito em julgado em momentos distintos, são cabíveis distintas ações rescisórias e o prazo para o ajuizamento finda em dois anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo .....	119
6.5.4	O vício de um capítulo não atinge os demais capítulos independentes da sentença .....	125
6.5.4.1	O vício de um capítulo da sentença atinge os capítulos dele dependentes .....	128
6.5.5	A interposição de apelação parcial não impede o exame do capítulo não impugnado – dependente ou independente – que for juridicamente inexistente .....	132
6.6	Pela sucumbência: capítulos convergentes e divergentes .....	139
6.6.1	A existência de capítulos sentenciados convergentes e divergentes repercute no interesse recursal e na distribuição do ônus de sucumbência .....	140
6.7	Pela aptidão para produzir efeitos práticos: capítulos eficazes e capítulos ineficazes .....	143
6.7.1	A execução dos capítulos de sentença eficazes .....	146
6.7.1.1	Execução provisória dos capítulos dependentes não impugnados .....	148

6.7.1.2	A execução dos capítulos acessórios submete-se ao mesmo regime executivo que regula a execução do capítulo principal.....	150
6.7.1.3	A possibilidade de processamento simultâneo de execuções definitiva e provisória dos capítulos de sentença.....	150
6.7.1.4	Execução provisória e parcial da sentença.....	152
6.8	Pela integridade: capítulos íntegros e capítulos defeituosos.....	153
6.8.1	Consequências da interposição de embargos de declaração parciais.....	154
6.8.1.1	Efeito devolutivo dos embargos de declaração.....	155
6.8.1.2	Efeito translativo dos embargos de declaração.....	158
6.8.1.3	A repercussão do efeito translativo nos embargos de declaração com efeitos infringentes.....	161
6.8.1.4	Embargos de declaração adesivos.....	164
6.8.1.5	A interposição de embargos de declaração contra um capítulo defeituoso não impede a execução imediata dos capítulos íntegros.....	165
6.9	Pela impugnabilidade: capítulos impugnáveis e capítulos não impugnáveis.....	167
6.10	Pela liquidez: capítulos líquidos e ilíquidos.....	169
6.10.1	A possibilidade de se processarem simultaneamente a liquidação e o cumprimento da sentença.....	169
<b>7.</b>	<b>A IMPORTÂNCIA DOS CAPÍTULOS DA FUNDAMENTAÇÃO PARA O CABIMENTO DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS.....</b>	<b>173</b>
<b>8.</b>	<b>A REPERCUSSÃO DA TEORIA DOS CAPÍTULOS DE SENTENÇA SOBRE OS DEMAIS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS DECISÓRIOS.....</b>	<b>177</b>
8.1	Decisões interlocutórias.....	177
8.2	Pronunciamentos mistos.....	180
8.3	Acórdãos.....	181
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>		<b>183</b>